



Memorando de Wye River

Fonte: Embaixada de Israel

1. O acordo, alcançado no final de um processo difícil e de esforços concertados, baseia-se em dois princípios: segurança e reciprocidade.
2. O Memorando contém um programa preciso de implementação e estipula mecanismo de supervisão e controle.
3. Israel fez concessões extremamente dolorosas, envolvendo riscos de segurança de alto nível - com o único intuito de fazer avançar o processo de paz. (Ministro das Relações Exteriores Sharon: "Alcançar a paz é tão difícil como fazer a guerra....")
4. O programa de implementação é parte integrante do acordo. Israel cumprirá a sua parte do acordo em tempo devido, imediatamente após o cumprimento dos compromissos assumidos pelos palestinos, fase por fase - compromissos esses que, na sua maior parte, foram tomados em vários acordos anteriores, não tendo no entanto vindo a ser implementados.
5. Israel requereu - e recebeu - por parte dos palestinos, compromissos respeitantes a um elevado número de questões substanciais, com garantias por parte dos norte-americanos quanto à sua implementação.
6. O acordo entrará em vigor dez dias após ter sido assinado.
7. O acordo compõe-se de duas partes essenciais:
 - Um documento enunciando os passos a dar por ambas as partes.
 - Um calendário para a implementação das diversas fases.
8. O acordo possibilitará a implementação do Acordo Interino, de 28 de setembro de 1995, e respectivos acordos anexos, incluindo a Nota de Registro, de 17 de janeiro de 1997, dando ênfase ao princípio da reciprocidade e aos compromissos mútuos.
9. Os passos a dar por ambas as partes serão cumpridos de acordo com o calendário estabelecido no acordo. Em cada uma das fases, há uma referência à retirada militar mencionada no final da lista, de modo a tornar claro que essa retirada (em fase) terá lugar apenas depois dos palestinos terem dado cumprimento aos compromissos assumidos em cada uma das fases particulares.
10. Estabeleceu-se um mecanismo apropriado para realizar a necessária supervisão e controle, no que respeita à implementação dos vários compromissos assumidos. Pela primeira vez foi criado um calendário claro para a implementação dos compromissos por parte dos palestinos. Uma carta de garantias dirigida pelo secretário de Estado norte-americano ao primeiro-ministro de Israel reforça vários pontos estabelecidos no acordo.
11. Os compromissos assumidos pelos palestinos são os seguintes:
 - (a) Os palestinos submeterão à apreciação um documento de trabalho clarificando as formas que irão utilizar no combate ao terrorismo.



- (b) Irão proceder à detenção e à punição de pessoas suspeitas de envolvimento em operação terroristas e de caráter violento.
- (c) Os palestinos se absterão de ativar a política da "porta giratória".
- (d) As armas ilegais serão confiscadas.
- (e) Os palestinos atuarão no sentido de impedir ações de provocação.
- (f) Haverá plena cooperação israelo-palestina no que se refere a assuntos de segurança. Será criado um comitê de segurança israelo-norte-americano-palestino, no sentido de facilitar esta cooperação e de controlar a luta contra o terrorismo.
- (g) Os palestinos submeterão à apreciação de Israel uma lista de policiais, de acordo com o número permitido sob os termos do Acordo Interino. Os Estados Unidos da América garantiram que Israel irá receber plena informação a este respeito e um comitê de direção israelo-palestino supervisionará a implementação deste compromisso.
- (h) Todos os membros do Conselho Nacional Palestino (CNP) - "Os membros" no contexto do Memorando - serão convidados, juntamente com os membros do Comitê Central da OLP, os membros do Conselho Legislativo Palestino e os chefes de departamento da Autoridade Palestina, com a finalidade de adotar uma decisão que ratifique a anulação dos artigos do Convênio Nacional Palestino, cuja abolição foi requerida por Israel. Antes da convocação do CNP, tal decisão será também adotada pelo Comitê Executivo da OLP e pelo Conselho Central daquela organização. O presidente dos Estados Unidos da América dirigirá a reunião na qual esta decisão irá ser adotada.
- (i) A estipulação do Acordo Interino respeitante à transferência de suspeitos e pessoas sob denúncia foi reafirmada.

12. As retiradas militares:

- (a) As três fases das retiradas militares de Israel serão levadas a cabo, conforme o acima mencionado, apenas depois dos palestinos terem implementado o seu próprio e respectivo compromisso em cada uma das fases.
- (b) Quando todo o processo tiver cumprido, incluindo a implementação de todos os compromissos nas várias etapas, Israel terá transferido para os palestinos as seguintes áreas:

- Um por cento da Judéia e Samária da Área C a Área A;
- 12 por cento da Área C para a Área B;
- 14,2 por cento da Área B para a Área A.

(c) Três por cento do território a ser transferido para os palestinos da Área C para a Área B irão ser definidos como área verde, ou reserva natural - por outras palavras, como uma área onde Israel irá continuar a ser responsável pela segurança e na qual não será permitida, nem mais construção de



הסוכנות היהודית לארץ ישראל
Agência Judaica
www.agenciajudaica.com.br

habitações, nem um aumento populacional. Isto é, Israel usufruirá de uma autoridade superior nesta área à de que dispõe na Área B.

(d) Nas várias discussões, Israel tornou claro que, se e quando houver uma terceira retirada militar, esta não terá mais do que um por cento de alcance. Será recordado que o âmbito da retirada irá ser determinado por Israel e não será sujeito a negociação (ver Acordo Interino e Nota de Registro).

13. Foi alcançado acordo em relação ao parque industrial em Gaza e ao aeroporto em Dahaniye, à reativação da passagem segura entre o distrito de Gaza e a Judéia e Samária e à atuação do Comitê Legal e do Comitê Econômico no que respeita aos vários assuntos em agenda.

14. As negociações deverão ser tomadas de imediato ou com a maior brevidade. Ambas as partes se comprometeram a abster-se de tomar passos unilaterais que possam alterar o estatuto da área, até que as negociações estatutárias permanentes venham a ser completadas.

[Texto completo em inglês \(no site do Ministério das Relações Exteriores\).](#)

Memorando de Wye River

Status da Implementação, 1 de janeiro de 1999

O Memorando de Wye River, assinado em Washington no dia 23 de outubro de 1998, apresenta uma série de obrigações específicas dos lados israelense e palestino, a serem implementadas por etapas, de acordo com uma agenda detalhada. A terceira etapa dessa agenda, semanas 2 a 6, após entrar em vigor, deveria ser complementada no dia 18 de dezembro de 1998. Contudo, como delineado abaixo, a maioria das obrigações dessa etapa ainda estão aguardando sua implementação.

Apesar de recentes desenvolvimentos políticos internos em Israel, o Governo de Israel tem reiterado seu compromisso ao Memorando de Wye, por todos seus aspectos, junto com todos os outros acordos israelo-palestinos. Israel continuará a negociar todas as questões pendentes, implementando suas obrigações na base de reciprocidade.

Obrigações de Segurança

Importantes obrigações palestinas de segurança ainda são pendentes nas etapas anteriores da agenda de Wye. Particularmente, o lado palestino não tomou as medidas necessárias para "declarar fora da lei todas as organizações (ou alas de organizações, onde apropriado) de caráter militar, terrorista ou violento, e a sua infra-estrutura de apoio." Outras áreas de séria preocupação na questão de segurança, são o fracasso da parte palestina em cumprir com seu plano de trabalho de segurança e ocupar-se com "cooperação bilateral completo de segurança", como requerido pelo Memorando, e a continuação da política da "porta giratória", na qual delinqüentes de segurança são sujeitos a detenções simbólicas e são quase imediatamente libertados.

Armamentos ilegais



הסוכנות היהודית לארץ ישראל
Agência Judaica
www.agenciajudaica.com.br

Segundo o Memorando de Wye, o lado palestino comprometeu-se a estabelecer uma estrutura jurídica para a coleta de armas ilegais, tanto quanto tomar passos significativos para coletar e dispor das armas ilegais, durante a etapa corrente. A coleta dessas armas deve ser completada até a 12ª semana da agenda. Não obstante esses compromissos, e apesar dos decretos emitidos pela parte palestina, há literalmente milhares de armas ilegais mantidas livremente nas áreas sob a jurisdição palestina, não somente nas mãos de civis, mas também nas mãos da Polícia Palestina. Essas armas excedem notavelmente os números permitidos pelo Acordo Interino e muitas delas, incluindo morteiros, minas e lançadores de granadas, são totalmente proibidas pelo Acordo. Durante o período atual, quando a comunidade internacional está sendo testemunha à importância da supervisão de armamentos e munições, essas inadimplências devem ser tratadas com gravidade especial.

Nas conversações de Wye também foi combinado que as modalidades para ceder portes de arma, e as categorias de pessoas a receberem aqueles portes, seriam combinadas entre os dois lados no Comitê Conjunto de Segurança, como requerido pelo Anexo de Segurança do Acordo Interino. Este compromisso foi reiterado numa carta de Saeb Erekat para o secretário do Gabinete Israelense, datada 18 de novembro de 1998. Todavia, apesar das solicitações de Israel de levantar este assunto no Comitê Conjunto de Segurança, o lado palestino tem rejeitado discuti-lo.

Segundo o Memorando de Wye, foi combinado que um comitê trilateral seria estabelecido para lidar com a introdução não autorizada de armas e materiais explosivos nas áreas palestinas. De acordo com a agenda, esse comitê deveria não somente ter reunido, mas também ter submetido seu primeiro relatório. Contudo, embora Israel tenha nomeado seus representantes a esse comitê e solicitado sua convocação, ainda não reuniu-se.

Polícia Palestina

Segundo a agenda de Wye, o lado palestino é obrigado a cumprir seu compromisso pendente sob o Acordo Interino e transferir uma lista dos policiais palestinos ao lado israelense para sua aprovação. Em fazer isto, deveria assegurar que o número de policiais não exceda 30 mil, como prescrito pelo Acordo Interino. O tamanho da polícia palestina, atualmente, fica bem acima desse número. Não obstante declarações repetidas pelo lado palestino que a lista será "transferida em breve para Israel", ainda não foi recebido pelo lado israelense. Ressalta-se que a agenda de Wye exige que não somente a lista seja transferida mas também que o Comitê Condutor e de Monitoramento inicie sua revista à lista antes da conclusão da etapa atual.

Impedimento de Incitamento

No Memorando de Wye, o lado palestino obrigou-se a emitir um decreto proibindo "todas as formas de incitamento a violência e terrorismo" e estabelecer um mecanismo que "agiria sistematicamente contra todas as expressões ou ameaças de violência e terrorismo." Um decreto foi publicado pelo lado palestino no dia 19 de novembro de 1998, e mesmo que não fizesse nenhuma referência ao terrorismo, como exigido pelo Memorando de Wye, e



contivesse um número de inconsistências ilegais, foi recebido como um passo positivo pelo lado israelense. Todavia, apesar do incitamento contínuo a violência e declarações oficiais que encorajam ou perdoam tais ações, Israel ainda tem que ver qualquer implementação do decreto contra incitamento publicado pelo lado palestino.

Carta da OLP

Israel notou com prazer que na reunião em Gaza, no dia 14 de dezembro de 1998, o Conselho Nacional Palestino adotou uma resolução emendando a Carta da Organização para a Libertação de Palestina, como exigido por seus compromissos pendentes de: troca de cartas entre o chefe da Autoridade Palestina Yasser Arafat e o primeiro-ministro Yitzhak Rabin, de setembro de 1993, troca de cartas anexa ao Acordo de Gaza-Jericó, de maio de 1994, Acordo Interino de setembro de 1995 e a Nota de Registro anexo ao Protocolo de Hebron de janeiro de 1997.

Ações Unilaterais

O Memorando de Wye declara novamente a proibição estabelecida nos acordos israelo-palestinos anteriores contra iniciar ou tomar qualquer passo que mudaria o status da Judéia e Samária (a Cisjordânia) e a Faixa de Gaza. Contudo, não obstante a obrigação de resolver o assunto através de negociações, o lado palestino tem declarado repetidamente sua intenção de proclamar unilateralmente sobre um Estado independente cuja capital é Jerusalém, em maio de 1999. Tais declarações são inconsistentes com as condições do Memorando de Wye, o Acordo Interino e o compromisso da carta de Yasser Arafat de 9 de setembro de 1993, que "todas as questões pendentes relacionadas ao status permanente serão resolvidas por negociações."

Nova Redistribuição

O Memorando de Wye fornece três estágios para a nova redistribuição de acordo com a agenda. Cada um desses é anotado no final da etapa relevante e é contingente sobre a implementação dos compromissos palestinos anteriores, dentre da etapa. Com a realização destes compromissos, Israel está obrigado a implementar a nova redistribuição. Assim, ao término da segunda etapa, na conclusão da segunda semana da agenda, Israel implementou o primeiro estágio da nova redistribuição, e transferiu 2% da Área C para o status da Área B, e 7,1% da Área B para a Área A.

À conclusão da etapa que terminou na sexta semana, Israel deveria ter implementado o segundo estágio da nova redistribuição. Todavia, como acima mencionado, obrigações palestinas significativas, requeridas a serem implementadas antes desse estágio, ainda estão pendentes. Israel está aguardando a implementação destes compromissos para que possa implementar seu compromisso da nova redistribuição, na base de reciprocidade.

Enquanto o Memorando de Wye reconhece que a terceira redistribuição será o assunto de uma decisão israelense unilateral, ele fornece o estabelecimento de um comitê israelo-palestino para discutir questões relacionadas a este assunto.



Israel notificou o lado palestino de seus representantes a este comitê, mas o comitê ainda não foi convocado.

Libertação de Prisioneiros

A libertação de prisioneiros por Israel não foi especificamente incluída no Memorando de Wye, mas foi combinado que 750 prisioneiros seriam libertados em três etapas. Israel já libertou prisioneiros, totalmente em conformidade ao entendimento de Wye e ao Acordo Interino, e a declaração clara de Israel, nas conversações de Wye, que não libertaria prisioneiros que pertencem ao Hamas ou Jihad Islâmico, organizações com mãos sangrentas. Embora as condições do Acordo Interino e o entendimento de Wye fossem bem claras neste assunto, o lado palestino levantou novas exigências, insistindo na libertação de terroristas com mãos sangrentas, que não possuem nenhuma base em qualquer dos acordos entre os dois lados. Além disso, ao invés de condenar ou procurar acalmar as manifestações violentas que foram fomentadas sobre esta questão, os líderes palestinos perdoaram e até encorajaram tal violência.

Comitês Interinos e Assuntos Econômicos

O Memorando de Wye estipulou que as partes reativariam todos os comitês permanentes estabelecidos pelo Acordo Interino, e especificou em particular o Comitê Condutor e de Monitoramento, o Comitê Conjunto Econômico, o Comitê de Assuntos Cíveis, o Comitê Legal e o Comitê Permanente de Cooperação. Todos estes comitês têm se reunido regularmente desde do Memorando entrar em vigor, exceto o Comitê Legal e o Comitê Permanente de Cooperação, ambos os quais, apesar de chamadas israelenses repetidas, o lado palestino tem recusado convocar.

O status atual dos vários comitês interinos é conforme a seguinte:

Comitê do Aeroporto de Gaza

O Comitê terminou seu trabalho. O protocolo sobre o Aeroporto de Gaza foi assinado no dia 20 de novembro de 1998, e o aeroporto foi oficialmente aberto no dia 24 de novembro de 1998. Assuntos técnicos relacionados ao aeroporto continuam sendo tratados profissionalmente entre os dois lados. Israel expressou preocupação particular sobre o incidente recente, no qual oficiais palestinos recusaram-se a passar por verificações de segurança, como combinado no Protocolo do Aeroporto, e declarou que se ocorresse mais um incidente como este, não poderia continuar permitindo o funcionamento do aeroporto.

Parque Industrial de Gaza

Após a conclusão das negociações entre os dois lados, o posto da fronteira comercial de Karni foi aberto no dia 14 de dezembro de 1998. Israel agora está aguardando a confirmação palestina de que o parque industrial está pronto para começar a operar.

Porto Marítimo de Gaza

As negociações neste assunto continuam, com sete ciclos de negociações já realizados desde o assinatura do Memorando de Wye. As questões chaves requerendo resolução relacionam-se às responsabilidades de segurança com



הסוכנות היהודית לארץ ישראל
Agência Judaica
www.agenciajudaica.com.br

relação a navios entrando e dentro da área do porto. Um número de novas propostas construtivas estão sendo discutidas.

Passagem Segura

Os dois lados tem continuado a negociar este assunto e realizaram cinco ciclos de negociações desde Wye. O Memorando de Wye estipulou que os dois lados envidariam os melhores esforços para concluir o acordo da passagem segura, com respeito à rota do sul, dentro de uma semana da entrada em vigor do Memorando, e iniciar a operação desta rota no mais breve possível depois disso. Mesmo que o protocolo quanto à passagem segura seja virtualmente concluído, o lado palestino tem se retratado de um número de arranjos práticos que foram combinados nas conversações de Wye e, em contravenção direta do Memorando de Wye, insiste em lidar com assuntos relacionados à rota do norte, antes de abrir a rota do sul.

Comitê Permanente de Cooperação (Povo a Povo)

Centenas de projetos práticos desenhados para romper as barreiras entre os dois lados estão realmente acontecendo no campo mas, apesar de solicitações israelenses repetidas, o lado palestino não concordou em convocar este comitê.

Comitê Conjunto Econômico

Como estipulado no Memorando de Wye, o CCE estabeleceu um comitê ad hoc. Realizou cinco ciclos de conversações até hoje, lidando com quatro questões principais:

Roubos de carros de Israel para as áreas sob jurisdição palestina - uma tarefa conjunta das polícias israelense e palestina foi estabelecida para lidar com este problema.

Pagamento de dívidas palestinas - compromissos palestinos foram recebidos para pagar um número de dívidas pendentes (contas de telefone, água e hospital).

Expansão das listas A1 e A2 delineadas no Protocolo Econômico de Paris - Israel concordou expandir a lista relacionada a comércio com a Jordânia e o Egito; continua a discussão quanto à extensão da expansão.

Imposto de compras - Israel concordou ao pedido palestino para um reembolso do imposto de compras sobre produtos israelenses.

Comitê Legal

Israel não recebeu nenhuma resposta às suas repetidas solicitações repetidas de convocar o Comitê Legal, com base no Artigo III do Memorando.

Comitê Trilateral Contra Incitamento

Este comitê, estabelecido pelo Memorando de Wye para monitorar e impedir o incitamento, encontrou-se quatro vezes até hoje. Muito pouco de substância foi alcançado, primeiramente devido à insistência do lado palestino de incluir discussões de assentamentos, libertações de prisioneiros e outros assuntos tratados em outros foros das negociações. O lado palestino ainda precisa investigar ou responder a um dos muitos exemplos de incitamento a violência fornecidos pelo lado israelense e, apesar das preocupações israelenses quanto



הסוכנות היהודית לארץ ישראל
Agência Judaica
www.agenciajudaica.com.br

às freqüentes chamadas a Jihad (guerra religiosa) e o uso de violência nos livros escolares palestinos, recusa-se a discutir o assunto de incitamento dentro do sistema educacional.

Comitê de Assuntos Cíveis e Sub-comitês Cíveis

Estes comitês continuam a operar para resolver questões surgindo da transferência de responsabilidades cíveis israelenses para o lado palestino, e realizaram dez reuniões desde a conclusão do Memorando de Wye. Encontros regulares são realizados no nível profissional para lidar com assuntos como água, eletricidade e o meio-ambiente, tanto como o registro da população nos territórios.

Comunicado pela Divisão de Mídia, Departamento de Informação, Ministério das Relações Exteriores de Israel, Jerusalém, 3 de janeiro de 1999.